

AS BASES DA NOVA DIREITA

Antônio Flávio Pierucci

Seus medos, seu dedo

Seu tique mais evidente é sentirem-se ameaçados pelos outros. Pelos delinquentes e criminosos, pelas crianças abandonadas, pelos migrantes mais recentes, em especial os nordestinos (às vezes, dependendo do bairro, por certos imigrados asiáticos também recentes, como é o caso dos coreanos), pelas mulheres liberadas, pelos homossexuais (particularmente os travestis), pela droga, pela indústria da pornografia mas também pela permissividade "geral", pelos jovens, cujo comportamento e estilo de pôr-se não estão suficientemente contidos nas convenções nem são conformes com o seu lugar na hierarquia das idades, pela legião de subproletários e mendigos que, tal como a revolução socialista no imaginário de tempos idos, enfrenta-se a eles em cada esquina da metrópole, e assim vai. Eles têm medo. Abandonados e desorientados em meio a uma crise complexa, geral, persistente, que além de econômica e política é cultural, eles se crispam sobre o que resta de sua identidade em perdição, e tudo se passa como se tivessem decidido jogar todos os trunfos na autodefesa. "Legítima defesa" é, assim, um termo-chave em seu vocabulário. Esta autodefesa, que é *prima facie* a proteção de suas vidas, de suas casas e bens, da vida e da honra de seus filhos (suas filhas!), sua família, é também a defesa de seus *valores* enquanto defesa de si. (Mas isto é ser de direita?)

Eles não apenas votaram nas candidaturas mais à direita nas duas últimas eleições políticas realizadas no município de São Paulo; eles trabalharam por essas candidaturas. São *ativistas* da direita; não necessariamente militantes partidários, mas ativistas voluntários de pelo menos uma das campanhas, a de Jânio Quadros em 1985 e a de Paulo Maluf em 1986. A

maioria deles o foi das duas ¹. Não se trata, portanto, de simples eleitores, nem chegam a ser militantes partidários propriamente ditos. O nome ativistas sazonais, ou ativistas de campanha, denota com mais precisão o grau de envolvimento político-eleitoral dos entrevistados, assim como seu nível de informação política e de estruturação ideológica.

Mas que direita é esta? E até que ponto é "nova"? Questões complicadas. O medo e a agressividade em relação aos *outgroup*, como se sabe, não têm nada de novo como ingredientes de síndromes de extrema direita. Não têm nada de novo, é verdade, mas por outro lado conseguem orientar com segurança o diagnóstico, apontando na direção da extremidade direita do leque político: estamos às voltas com indivíduos arregimentáveis para causas antiigualitárias radicais e soluções autoritárias de direita. Estranhamente, porém, são favoráveis às greves dos trabalhadores e ao direito de greve, embora não façam greve e tenham cisma de que as greves degenerem em bagunça. Defendem a reforma agrária e, deste modo, estão bem longe da UDR; reprovam contudo as invasões de terras urbanas. Querem gastos públicos com a mesma veemência com que exigem as penas mais severas para o crime. Segurança policial e seguridade social são consideradas direitos urgentes de todos os cidadãos decentes e homens de bem: querem mais efetivos policiais, mais equipamentos e mais modernos, para o combate ao crime, maiores salários para os policiais; querem sobretudo a ROTA, emblema das decisões de polícia tornadas decisões de justiça. Mas querem, também, serviços públicos de saúde, escola, creches, orfanatos, reformatórios, internatos, às vezes campos de concentração com trabalhos forçados, transporte coletivo estatizado, seguro desemprego e aposentadoria condigna, tudo isto e muito mais eles querem do Estado. O papo liberal anti-*welfare*, claro está, não é com eles.

Do comunismo como fantasma assustador, velho pânico das direitas de um modo geral, do sobressalto ante a revolução socialista ali ao dobrar da esquina, nem sombra. Anticomunismo, quando há, é dos chefes, não das bases, assim como o pouco que se encontrou de neoliberalismo econômico provou-se minguante quanto mais longe das cúpulas das máquinas eleitorais ou partidárias se achava o entrevistado. De um lado, pois, o comunismo como um bicho-papão evanescente, que não mais atemoriza; do outro, o *welfare state*, que não convence como fantasma e alvo de ataque: nova direita sem reaganismo e sem thatcherismo? O fascínio que o neoliberalismo exerce sobre certos chefes partidários da direita, por enquanto, não reverbera nos ativistas de base.

Religiosos, mas anticlericais

Querer vê-los tendo arrepios, é pronunciar as palavras *direitos humanos*. "O que o senhor ou a senhora acha dos direitos humanos? É uma

(1) O critério essencial para o cidadão ser entrevistado nesta pesquisa era que fosse ativamente janista ou malufista, se malufista e janista, tanto melhor. Foram ao todo 150 entrevistas gravadas, com a duração média de 1 hora cada.

política com a qual o senhor ou a senhora concorda?" Diante de uma pergunta dessas, eles e elas se inflamam, se enfurecem. É interessante — e decepcionante — que a associação primeira do sintagma direitos humanos seja, com a idéia de "mordomia para os presos", imediatamente reconhecida como uma proposta da igreja católica, do cardeal de São Paulo, dos padres e bispos, e num segundo momento como política do primeiro governo do PMDB no Estado de São Paulo.

Por isto, e não porque a igreja católica defenda a reforma agrária, mas porque apregoa direitos humanos para os presos, eles são majoritariamente anticlericais. Anticlericalismo que, por sinal, parece ser um cromossomo novo na determinação deste novo rebento da direita antidemocrática às voltas com o jogo eleitoral. Não são anti-religiosos, entenda-se bem, muito pelo contrário. Acham que ateu ateu não existe, é papo, é exibicionismo, é "aplicação". São bastante religiosos, desses de ir declarando a religião antes de ser perguntados; e a grande maioria é, obrigatoriamente, de católicos, mas católicos que professam, o que não os impede de ser anticlericais explícitos.

Já te expliquei que o problema de ter um secretariado como o que existe hoje em dia, que é tudo vinculado a padrecos, a dom Evaristo e estes diabos todos, isso daí eu acho que atrapalhou demais (...). E o pior de tudo é que houve uma inversão de valores. Quer dizer, o bandido, ele é muito mais importante do que o civil, do que o coitado do cidadão que trabalha. O bandido, hoje em dia, ele é endeusado, é um coitado que está expiando, pagando por alguma coisa que eventualmente não teria cometido, embora seja assassino, seja estuprador, seja o diabo. Então ele precisa tomar o banhozinho de sol, a comida dele não está muito boa?, precisa de uma champanha francesa (sic), precisa de mulher, essas coisas todas no presídio. Quer dizer, efetivamente ele não está sendo punido; ele está vivendo às nossas custas. Então, houve assim uma inversão de valores muito grande. Inclusive a palavra de um bandido é muito mais importante que a da polícia. Você verifica que o policial é massacrado quando acontece alguma coisa, entende? Se ele dá um tiro por acaso, ele é massacrado, e o bandido não, ele é exaltado. Eles fazem exaltação do bandidismo. A grande maioria das pessoas hoje em dia nem quer saber de trabalhar, vai roubar. Por quê? Porque sabe que vai ficar impune. É isto. Essa inversão de valores, eu digo que ela foi introduzida pela igreja: direitos humanos? direitos humanos dos bandidos! Isso é uma coisa que é realmente lamentável. Se você tem uma pessoa na sua família, o bandido mata essa pessoa da sua família, então você vê muito isso no jornal, a família do criminoso ela vai ser paparicada, eles vão lá, vão levar víveres, vão levar não sei o quê. Agora, a família daquele que morreu fica a ver navios. Pode?! É um absurdo o que está

acontecendo! É uma inversão de valores muito grande!
(Geórgia, 40 anos, advogada, residente na Mooca.)

O elogio das diferenças

Os mais impregnadamente religiosos em seu discurso mostram-se menos favoráveis à pena capital do que os mais secularizados, embora igualmente severos ante os ataques e o desrespeito às normas convencionais. No geral, mostram-se abundantemente preconceituosos, convictos de que as diferenças entre as pessoas são diferenças de fundo, muitas delas incontornáveis.

Fazer o quê?, a vida é assim, azar! Tratar como nosso irmão?! Eu trabalhei quarenta anos, não posso ser irmã de vagabundo. O que é isso, está me confundindo por quê, agora? Porque negro é isso... Todo mundo sabe que há racismo, sempre houve e vai haver até o fim da morte, amém. Negro é negro, branco é branco, azul é azul, vermelho é vermelho. E preto é preto Não vem que não tem. Essas demagogias é bom é em época de eleição. Isso é demagogia, isso é falsidade, isso é falta de religião católica apostólica romana.

(Mariauta, 58 anos, escriturária aposentada, residente na Penha.)

O crime que mais os impressiona e abala é o estupro, principalmente violação de crianças; em seguida vem o rapto, também o de crianças sendo considerado o mais terrível, depois o tráfico de drogas, depois a violação de domicílio, o assassinato premeditado... Querem mais autoridade e menos permissividade, tipo *law and order*. A censura moral de espetáculos, principalmente dos programas de TV, é medida fundamental na salvaguarda dos bons costumes, na preservação da família (patriarcal, *por supuesto*), na defesa dos valores tradicionalistas, enfim, no que estou chamando de autodefesa cultural. Criminalidade e pornografia: obsessões maiores desta nova direita radical do Brasil urbano, com grandes chances, aliás, de se alastrar em sentimentos coletivos profundos, num vasto processo que é de aculturação e de resistência a ela, do qual não estão afastados períodos espasmódicos, crispações conjunturais de alto risco para todos, mas sobretudo para os infelizes bodes expiatórios, uma vez que o *scapgoating* constitui dispositivo *sine qua non* no avanço das extremas direitas. Não tenho dúvidas de que a presença declarada de atitudes e sentimentos discriminatórios contra os imigrantes pobres do Norte e Nordeste na mentalidade de importantes estratos das classes médias paulistanas é já em si mesmo, em tudo e por tudo, um triunfo cultural da extrema direita.

Quando o tradicionalismo e o convencionalismo se mesclam de xenofobia e agressividade excludente (de *racismo*, para dizer numa palavra), não há como não ver nesse engendrar de mentalidade aquilo que Gramsci chamou de *fenomeni morbosi*. Em outras palavras, quando, diante das agressões ao mesmo tempo difusas e brutais que sofre seu estoque cultural, diante das ameaças de destruição de seu mundo, eles passam a procurar, nas camadas que lhes estão mais próximas no trabalho ou são seus *novos* vizinhos no bairro, os bodes expiatórios em cima dos quais despejar ódios e ressentimentos, é legítimo temer pela destrutividade contida nessa ânsia de conservação das convenções e aparências: as cruzadas morais envenenam os próprios valores que buscam defender, pois ao discurso da defesa se alterna seguidamente e se mistura o discurso da frustração, da impotência, da ambigüidade proveniente da cumplicidade com os mecanismos estruturais diluidores dos velhos valores que se quer preservar. As coisas nesse terreno, nessa região do discurso, ficam muito ambíguas. Sobretudo porque se trata de pessoas de razoável poder aquisitivo. Imersas de modo ainda muito celebrativo na "sociedade de consumo", mas também mergulhadas na crise econômica, fascinadas com as promessas de hedonismo que o avanço do capitalismo anuncia via consumo, mas decepcionadas com um Estado que não protege mais contra os azares da conjuntura, o progressismo modernizador dessas camadas por vezes se tingem de anticapitalismo. Do mesmo modo que o moralismo desliza para a oposição ao *status quo*. No caso de São Paulo, o descontentamento de janistas e malufistas com o atual estado de coisas no plano moral é, além disso, regressivo: existe na memória dessa gente um tempo, uma época de ouro, em que não havia tanto bandido; e existe em sua imaginação a identificação desse tempo com a inexistência de migrados nordestinos.

A rejeição aos "bairros" é função direta da amplitude do medo: cresce na medida e no ritmo do crescimento real — mas sobretudo no do aumento imaginário da insegurança. A percepção de que São Paulo já saturou, que já não há mais lugar, que os que chegam só fazem aumentar as hostes do desemprego e da miséria, e portanto as taxas da delinquência, suscita um tipo de insatisfação neo-regionalista que se expressa de várias maneiras, inclusive no protesto contra a ausência de uma política migratória em nível federal, o que só faz prejudicar São Paulo. A extrema direita paulistana clama por uma nova política migratória:

O Jânio não está tirando as malocas? É assim mesmo. Tira, ele é o dono da casa, manda embora, não presta! Pra que maloca? Volta para a tua terra, porque lá você tem um governo que pode construir casa, não constrói porque não quer. Eu já te falei e vou repetir: eles têm fome, eles vêm aqui, coitados, crenças que vão comer, chega aqui não comem, eles têm que matar e roubar. Visto isto, se eu fosse o governo federal eu ia chamar o governo de Alagoas, "seu-fulano, é o seguinte: lá em São Paulo tem muito alagoano". Chamar o sicrano, va-

mos supor, do Ceará e: "seu Pinto, lá tem muito cearense, toma conta porque se não nós te tiramos as verbas". Ou estou errada? Sabe, se o dono da porcada não faz, quem vai fazer? (...) Volta para tua terra e vai trabalhar! Você roubou? Roubou porque tinha fome? Vai trabalhar lá na tua terra, vai criar galinha, pinto e porco. Vai pra lá! (...) Você já reparou que bandido paulista é muito difícil? Paulista não tem tempo de roubar, paulista quer trabalhar. Você não vê um homem caído no chão que seja paulista, você não vê um paulista metido em confusão. É que a gente não pode falar porque senão vão pensar que a gente é subversiva.

(Maria Augusta, 44 anos, dona de instituto de beleza, residente no Belenzinho.)

A certeza de que São Paulo está se deteriorando por causa da migração incontida dos estados do Norte e Nordeste foi expressa com os requintes da pseudo-evidência por um comerciante do Tatuapé: "85% dos presos da Casa de Detenção são nordestinos, 85% das prostitutas são nordestinas, 85% dos travestis são nordestinos", assegurou seu Afrânio, 58 anos, citando a fonte: o delegado Richetti ter-lhe-ia certa vez revelado esses números. "E quem melhor que o delegado Richetti para saber essas coisas?" Trata-se de um verdadeiro delírio, como se vê. Mas é este o clima cultural predominante nessas camadas urbanas. Por mais que se contra-argamente, mostrando-lhes que os números não batem, que se trata de um óbvio exagero, não cola; é ir contra a famosa "solidez das crenças populares" de que Marx falou uma vez. Nos contextos discursivos sobre criminalidade e violência, que é quando de preferência vem à tona, a xenofobia antinordestina opera tanto no momento da indicação das causas da insegurança (onde a argumentação mais refinada e mais *aggiornata* que encontramos nas entrevistas obedecia aos seguintes passos: imigração = desemprego = miséria = delinqüência = insegurança), quanto no momento de prescrição das penas. Não foi um nem dois. Muitos dos janistas e malufistas entrevistados sugeriram a pena de repatriação, a saber, o cumprimento das penas de reclusão no estado de origem do condenado.

Eu acho que os estados deveriam ter sua própria lei, porque o que serve para São Paulo não serve para Sergipe, o que serve para Sergipe não serve para São Paulo, então eu acho que os estados deveriam ser independentes na parte da lei criminal. Cada estado tivesse a própria lei. Se cada estado fizesse sua própria Constituição, aí sim. Se muita gente de fora, de outros estados, não estivessem em São Paulo, por exemplo, se você pegar o presídio de São Paulo você vai ver, é o mínimo de paulistas preso. Você pega, vai no presídio, você levanta a descendência (sic) dos presos, você vê que a maior parte, a maior incidência é de nordestino. Gente de fora de São Paulo. Paulista é que não vai ser. Então, teria que ter uma lei para São Paulo independente

das outras. (...) Se tivesse uma lei de São Paulo, sei lá, vamos dizer que dentro dessa lei tivesse a pena de morte, banir do estado, deportar, por exemplo, "eu sou pernambucano, matei e estou aqui, então eu vou responder a minha pena lá no meu estado". Então desafogaria São Paulo. Eu não sou contra o resto do Brasil, não é isso não. A questão é a seguinte: vamos supor que eu fiz aqui, matei aqui, fiz um crime aqui, por que que eu vou pagar aqui se minha terra é lá no Pernambuco, é lá nas Alagoas, é lá na Bahia? Então que eu vá pra lá. (Edécio, 41 anos, comerciante, Alto da Mooca.)

Trata-se de uma receita jurídica que, apoiada no diagnóstico anterior, delirante como se viu, vem inflada do mito regressivo e reacionário de que, fechando as portas e repatriando os bandidos, São Paulo será afinal uma cidade livre do pesadelo da insegurança.

Os discursos da intolerância

A escalada reacionária (e aqui a palavra reacionária tem todo o seu peso) na mentalidade popular tem razões auto-evidentes no plano do vivido e do imaginário que não se desmontam facilmente. O sentimento generalizado de insegurança, que é autofágico, vem produzindo em certas camadas sociais o surgimento de discursos sobre os males do mundo que brotam de uma lógica absolutamente protofascista, por um lado, e por outro ancorados nos fatos. São os fatos, experimentados ou *narrados*, que dizem que a insegurança aumenta, é crescente, não pára de se concretizar em mais um fato a cada momento. A experiência da violência criminal é inseparável da experiência da narrativa dos fatos de violência. Há uma espécie de jogo entre discursos e práticas, entre os fatos e suas narrativas sucessivas, no qual um lado confirma o outro, generalizando o medo para todos os pontos da cidade e todos os lugares do social. A experiência da violência urbana tem uma alta dose de imaginário. Corre de boca em boca como algo por que todos já passaram, ou vão passar mais dia menos dia, ou então há um filho, uma irmã, um colega, a namorada, sempre uma vítima ou uma testemunha ocular para narrá-la e dizer de sua onipresença.

Ora bem, o sentimento de insegurança diante do crime, do risco da agressão ou da intrusão, diante da multiplicidade de fontes eventuais de ameaça e de perigo, engendra discursos cognitivos explicativos — vinculando insegurança (nossa) e imigração = intrusão (deles) —, mas também produz discursos de indignação moral contra a decadência dos costumes. Em ambas as ordens de discurso — e isto é impressionante — a base é sempre o preconceito social. Se isto nada tem de novo como elemento definidor da direita, quer da autoritária quer da aristocrática, não deixa contudo de ser lastimável que na São Paulo dos anos 80 passe a aflo-

rar este mal-estar racista, como fenômeno tão generalizável quanto o mal-estar "securitário". A agressividade contra os mais fracos, que no discurso dos entrevistados tem um outro momento de articulação sob a forma de apoios e aplausos ao modo corajoso e implacável como o prefeito Jânio Quadros tem posto em prática sua política de desfavelamento, cria, além da discriminação de fato, um clima diversionista de mobilização do debate político em torno de falsos problemas. Ora, tudo isto só faz aumentar na sociedade brasileira o déficit de politização, as deficiências do jogo político e o desencanto com as soluções esclarecidas. Os riscos que a manipulação de fantasmas comporta para o sistema imunológico da democracia política são sabidos, mas não menos deletério é seu influxo dissociativo na dimensão horizontal da sociabilidade das classes subalternas.

Escusado dizer que o chauvinismo antinordestino não é a única manifestação de racismo da parte dos apoiadores das candidaturas de Jânio Quadros e Paulo Maluf. O preconceito contra os negros é acentuado, como era de esperar, mas muito mais à flor da pele, entregando-se espontânea e fartamente ao entrevistador, é o preconceito contra os mulatos, descritos recorrentemente como degenerescências resultantes de uma mistura de raças particularmente infeliz.

Eu acho que quando tem a miscigenação, o mulato, o mulato é que atrapalha. Lógico que não é generalizado o que estou falando. Conheço muito mulato que deu certo na vida, mas geralmente são os mulatos que são bandidos, que não gostam de trabalhar, pois o negro em si ele é mais honesto, ele tem a vida dele mais sossegada, ele gosta mais de trabalhar. A coisa está mas é na mistura de raças, porque tem todo aquele negócio de miscigenação: então, é preto que se miscigenou com nordestino, nordestina, e começaram a sair esses mulatos. Geralmente é disso que aumenta a criminalidade. (Zélia, 24 anos, dentista, Alto da Mooca.)

Degenerescência física e moral de um segmento étnico, degenerescência moral e social de um povo. Isto não é novo como preconceito excludente lançado contra as classes trabalhadoras no Brasil. É novo, me parece, primeiro naquilo que incorpora de experiências e dados históricos recentes definitivos, tal como a magnitude numérica das migrações internas das últimas décadas; é novo, em segundo lugar, pela atmosfera claustrofóbica de massa em que se insere ("aqui não há mais espaço!"), conferindo um novo patamar de plausibilidade às práticas (e às demandas) de discriminação. O sentimento generalizado de insegurança que toma conta da população das metrópoles brasileiras não pode ser desvinculado dessa experiência epidérmica da massa e, conseqüentemente, da experiência da saturação dos espaços urbanos todos. Até o metrô de São Paulo já atingiu o nível de saturação a partir do qual se precipita a decadência do equipa-

mento. A mudança social e o crescimento econômico, desse modo, passam a ser experimentados como degradação e decomposição, tornando ambíguas as coisas e ambivalentes os discursos sobre as coisas tal como estão se passando, em nível nacional, municipal e de bairro.

Gostaria de chamar a atenção, mais uma vez, para um traço surpreendente desta síndrome de direita em nível popular: a *ausência* de *anticomunismo*. As perguntas sobre comunismo ficavam entre as últimas do roteiro. Todos os entrevistados sabiam do que se tratava, não importa o quão estereotipadamente. O grau de informação é variável, em função obviamente da renda e da escolaridade ou do nível de organização, mas para todos eles — isto não foi dito — é como se o comunismo fosse um cachorro morto. Nem sequer dá sustos. O que, convenhamos, lhes poupa agressividade, que acaba canalizada para adversários "muito mais perigosos" na vida cotidiana. Ora bem, tal ausência cromossômica de anticomunismo em um rebento da extrema direita, em nível de base, dá o que pensar. De um lado, socialismo parece tão ausente da cultura política do povo brasileiro, conforme a análise de Francisco de Oliveira em seu artigo sobre o PT nesta revista (nº 15), que nem mesmo as bases eleitorais de seus adversários mais raivosos sequer dão atenção às assombrações manipuladas por seus chefes. Se em 1985 Jânio Quadros já havia carregado nas tintas prestidigitando o fantasma da delinqüência e do comunismo a fim de arregimentar apoio popular, em 1986 a campanha malufista chegou, conforme muitos serenamente reconheceram, às raias da hidrofobia. Contra os bandidos, pela fúria do candidato a deputado estadual pelo PDS, o radialista Afanásio Jazadji; e contra os comunistas, pelo rancor do candidato ao Senado pelo PDS, José Maria Marin. Raríssimos entretanto, muito raros mesmo entre os nossos entrevistados, aqueles que vêem no comunismo um perigo para si ou para o país. Este é um dado tanto mais espantoso quando se leva em conta que não se trata de meros eleitores, mas de pessoas politicamente empenhadas em uma campanha eleitoral. O fluxo ideológico é interrompido, não passa. Interessante esse desinteresse. A falta, no discurso das bases da extrema direita, de uma referência politicamente tensionada ao adversário de classe, de que é emblema o comunismo, reforça a contaminação (desastrosa sob todos os aspectos) do julgamento político pelos juízos moralizantes.

Bandeiras que se deslocam

A dúplice deriva ideológica — racista e moralista — é evidente, é imediata já no nível da retórica, onde a busca dos bodes expiatórios se dá exasperada, uma retórica que se compraz em afirmar a obviedade (sic)

das diferenças, em aceitar sua naturalidade. "Negro é negro, branco é branco, azul é azul, vermelho é vermelho, não vem que não tem", foi o que nos disse dona Mariauta. E a primeira evidência da diferença entre os homens é, já em si mesma, um primeiro tema de ataque: a contribuição dos imigrados recentes, dos mulatos e dos negros para a escalada da criminalidade. Todos — e aqui sim há unanimidade neste imaginário — todos invocam a forte proporção de indivíduos dessas categorias nas taxas crescentes da delinqüência. A autodefesa tem um outro lado, o qual também não deixa de se explicitar: a defesa das diferenças.

Mas a defesa das diferenças não é hoje o último grito de algumas esquerdas, esquerdas intelectuais sobretudo? Ou é um velho valor de direita, este sim um valor que desde o início definiu o que é ser de direita, delimitando o campo genérico da direita por contraposição ao campo da esquerda, por sua vez porta-estandarte da noção de igualitarismo, de todos os igualitarismos. Já há algum tempo o ideal igualitário vem sendo declarado por diversas esquerdas, enfaticamente pela nova esquerda, sem validade para a esfera cultural. E a nova causa, a defesa das legítimas diferenças culturais, ironicamente borra as diferenças entre esquerda e direita.

Uma pesquisa como esta, que pretende ser uma tentativa de decifração da direita hoje, desde o início defronta com esta dificuldade, a saber, a transferência de temáticas. A contestação do progresso, ou pelo menos a desconfiança em relação ao progresso, é cada vez mais um indicador muito rombudo para distinguir entre esquerda e direita. Os malufistas entrevistados não são nada conservadores no plano econômico: sua crença no progresso e no futuro está na razão direta de seu entusiasmo com um líder, acima de tudo e mais que todos, realizador. Maluf faz. Não são passadistas neste nível. Mesmo entre os janistas, pôde-se ouvir muitos deles referindo-se ao prefeito de São Paulo como um homem que enxerga na frente. Entre estes, portanto, a defesa do passado se restringe (como se isto fosse possível) à defesa da instituição familiar em sua armação patriarcal, dos valores morais pequeno-burgueses, da lei e da ordem. Não é à toa que se sintam impotentes neste *front*, impotentes que são em diagnosticar as causas disso que experimentam como degenerescência e decadência. Daí os efeitos de hipérbole em sua retórica (absolutamente delirante, torno a insistir). Enquanto isto, algumas esquerdas deslocam para o seu campo semântico o retorno à natureza, o respeito aos modos de vida, o regionalismo, a busca das "raízes", enfim, uma série de temas que sempre fizeram parte do campo semântico das direitas.

Falando nisto: são nacionalistas os entrevistados? Eu diria que eles até que se predispõem positivamente para esse tipo de entusiasmos coletivos que só o nacionalismo e a religião conseguem motivar. Mas não chegam lá. A defesa dos valores tradicionais não se prolonga em um mergulho na nação. O Brasil aparece a muitos deles como um péssimo parceiro nos negócios, um mau pagador, um caloteiro, *como se orgulhar disto? Está entendendo o que eu quero dizer?*, me dizia ansioso um jovem malufis-

ta, frustrado por não ter algo que amar profundamente. Além disso, qualquer veleidade nacionalista no discurso deles tem seu percurso atravessado (e não raro impedido) pelo chauvinismo regionalista; vale dizer, está sobredeterminada pela deterioração das relações entre brasileiros de diferentes regiões. Isto sem falar na dificuldade particular dos malufistas, esse problema não resolvido, reconhecido espontaneamente por muitas das lideranças de base, de terem um líder com sotaque estrangeiro. A ponto de uma dessas lideranças chegar a dizer que "a maior dificuldade para o doutor Paulo Salim Maluf chegar à presidência da República é o fato dele não ser brasileiro" (Miguel, 48 anos, sócio de restaurante, Pari).

Um nome que não se diz

Investigar a direita no Brasil é deparar com um sério problema: não obstante o uso generalizado da dimensão direita/esquerda no linguajar dos estratos politizados da cidadania brasileira, existe aqui uma acentuada assimetria no modo de ambos os lados se auto-apresentarem. É que, à esquerda, não lhe incomoda aparecer como tal, antes, lhe agrada; os políticos de direita, por sua vez, têm o reflexo de se esconder como tais. Enquanto a esquerda se exhibe como esquerda, sobretudo os da esquerda radical, assumindo com ares às vezes provocativos nome e orientação, os homens de direita que se declaram de direita, que "se assumem", são bem raros. É famoso o caso, quase folclórico já, do deputado Amaral Netto (RJ), líder do PDS no Congresso Constituinte, que insiste em representar diante do público o papel da direita-que-se-diz. O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, é outro. De vez em quando, nas discussões da nova Constituição, aparece um gato pingado que se confessa "xiita de direita". Mas são raríssimos, tal a carga pejorativa e a ressonância desagradável que a designação "direita" passou a ter no país nas últimas décadas: é como se tudo, daquele lado, estivesse marcado de infâmia. O regime militar foi quem deixou para as direitas esta herança envenenada, esta identidade diabolizada, infamante, envergonhada de si. Se o nome "esquerda" remete imediatamente para os mundos da mudança e da justiça social, da generosidade e do desinteresse, da solidariedade e do igualitarismo, a palavra "direita" alude às paisagens da permanência e do arcaísmo, da conservação do passado e da recusa da mudança, do egoísmo e da injustiça, da manutenção das hierarquias e do compromisso com a desigualdade, ou pura e simplesmente lembra a repressão, a tortura, a guerra suja, a morte.

Às direitas hoje no Brasil repele tanto ser chamadas pelo nome, que até mesmo o questionamento da validade da classificação esquerda-direita passa a figurar como indicador das posições de direita, restituindo assim atualidade à *boutade* de Alain: "Quando me perguntam se a divisão entre partidos de direita e de esquerda, homens de direita e homens de esquer-

da, tem ainda um sentido, a primeira idéia que me vem é que o homem que põe esta questão certamente não é um homem de esquerda".

A direita não diz seu nome. Paulo Maluf, ao oficializar no dia 21 de julho de 1986 sua candidatura a governador pela coligação dos partidos da direita, saiu-se com esta jóia: "porque temos os pés no chão e a cabeça no lugar, nossa posição é de centro, um centro equilibrado e moderno" (*Folha de S. Paulo*, 21.07.86). Recentemente a *Folha de S. Paulo* deu uma matéria a respeito da adequação do modo de classificar políticos e forças políticas mediante o gradiente Esquerda/Centro-esquerda/Centro/Centro-direita/Direita, procedimento adotado pelo jornal para identificar politicamente as forças representadas no Congresso Constituinte. A reportagem de 28 de junho enfileirava dez breves considerações de personalidades da cena brasileira, oito deles políticos profissionais, um membro do clero e outro da academia. Mesmo essas exíguas pinçadas jornalísticas permitem ver como um traço indicador dos homens de direita a recusa em reconhecer ao eixo esquerda-direita qualquer validade. Dentre os entrevistados pelo jornal, aqueles que o próprio jornal classifica como de esquerda ou centro-esquerda aceitam com naturalidade a classificação, fazendo-lhe embora reparos e apontando-lhe insuficiências, mas sempre aceitando-a como bom indicador de tendências da realidade política. Quem aceita? Os entrevistados Francisco Weffort, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, José Serra. Rejeitam-na: Delfim Netto, Afif Domingos, Roberto Campos; para este, "as expressões direita e esquerda, conforme já dizia Ortega y Gasset, são uma forma de hemiplegia mental. O que para mim existe são os partidários da economia de mercado e os partidários da economia controlada. No plano político, os partidários da economia de mercado são os verdadeiros liberais e os partidários da economia controlada são os falsos liberais, porque não se dão conta de que a liberdade econômica é uma condição necessária, ainda que não suficiente, da liberdade política. Eu sou liberal, privatista e partidário da economia de mercado. Para mim, a diferença é entre os liberais e os xiitas" (*Folha de S. Paulo*, 28.06.87). As declarações de Delfim Netto e Afif Domingos, por caminhos diferentes, armam-se no sentido de negar ao gradiente qualquer validade cognitiva ou capacidade discriminante. São homens reconhecidamente de direita, de partidos de direita. Mas a rejeição mais inflamada da classificação esquerda-direita veio deste representante ilustre da direita clerical, a quem qualquer cidadão brasileiro minimamente informado classificaria sem mais como um homem da direita conservadora, o eminentíssimo cardeal do Rio de Janeiro. Assim respondeu dom Eugênio Sales:

Trata-se de uma rotulação preconceituosa, que reflete mais a mentalidade de quem escreve. Sou, freqüentemente, vítima de rótulos que, se não forem cuidadosamente postos, ofendem a verdade e criam no próprio leitor uma imagem diversa da realidade (*Folha de S. Paulo*, 28.06.87).

Eis aí uma resposta tipicamente de direita: ofendida com o próprio nome, vítima da infâmia das próprias posições. Esta vergonha de si, esta má consciência da direita só faz dificultar os trabalhos de decifração e deslizar a informação.

Leôncio Martins Rodrigues ², em recente pesquisa sobre a distribuição das forças políticas na Câmara Federal, constatou que a direita que se esconde mesmo é, em sua classificação, a direita radical. Poucos deputados se auto-identificaram como ocupando posições extremadas, mas o dado mais interessante do ponto de vista de nosso argumento é que *nenhum* deputado se declarou de extrema direita, e apenas 6% disseram-se de direita moderada ou centro-direita. Padrão semelhante havia sido observado através de uma pesquisa da *Folha de S. Paulo* (de 22.03.87), na qual, tal como na de Rodrigues, pedia-se aos constituintes que se autodefinissem politicamente por referência a um gradiente de sete níveis: ninguém se disse de extrema direita, 1% de direita e 5% de centro-direita. "Tal como ocorreu em nossa pesquisa", escreve Rodrigues, "quando se trata de se autodefinirem ideologicamente, os parlamentares evitam as posições mais radicais e se situam um pouco mais para a esquerda. No conjunto, a esquerda ('extrema-esquerda', 'esquerda' mais 'centro-esquerda') tem mais da metade da Constituinte, enquanto a direita ('extrema-direita', 'direita' e 'centro-direita') praticamente desaparece, tal como evidenciamos em nossa pesquisa. A julgar pela autodefinição política dos deputados o Brasil seria um país sem direita" (ibidem). No Brasil da transição democrática, para os políticos que dependem da aprovação das urnas, à luz dos cálculos racionais de custos e benefícios certamente não é muito aconselhável confessar-se de direita. Pior ainda de extrema direita.

(2) Leôncio Martins Rodrigues. *Quem É Quem na Constituinte: uma Análise Sócio-política dos Partidos e Deputados*. São Paulo, Maltese, 1987, pp. 97-99.

Não se trata, no espaço deste artigo, de discutir mais a fundo o bem fundado destas atribuições de valor que já se tornaram para a direita, especialmente para a extrema direita, uma evidente carga negativa em sua imagem de marca. Neste caso, o registro do fato já é um diagnóstico. Quem não se lembra, na campanha de Jânio Quadros em 1985, do curiosíssimo (e comentadíssimo) fenômeno político do "voto envergonhado"? E, em 1986, não foi o novo candidato pela extrema direita política, Paulo Maluf, quem nas semanas finais da campanha passaria a conclamar enfaticamente a seus eleitores que não tivessem vergonha de declarar-se malufistas às pesquisas de intenção de voto? A ocorrência do eleitor *direitista envergonhado* nas primeiras eleições da Nova República é um dado importante: mostra que a vergonha de si não se restringe às elites da direita radical, mas afetam até mesmo suas bases de voto, e que portanto o voto na direita truculenta, no fundo do "inconsciente coletivo" das camadas populares, pode significar um ato de transgressão impúblicável. Daí a frequência com que se encontra de cima a baixo das hostes da direita o recurso à dissimulação; além de astúcia, é vergonha.

Os exemplos dados de transferência de temas, de troca de bandeiras entre direita e esquerda dependendo da época e do contexto, além é

claro da compulsão de se despistar, fazem ver que a busca das expressões atuais da direita radical no Brasil urbano é mais complicada do que parece à primeira vista. Além da escorregadia dança de temas, além da perplexidade diante de certas ausências temáticas insuspeitadas (como é o caso do anticomunismo, surpreendentemente ralo e remanescente nas bases janistas e malufistas), o pesquisador tem que estar o tempo todo atento ainda a dois aspectos do problema: primeiro, ao fato de que as posições direita-esquerda são posições relativas e que, portanto, a direita se define por oposição ou em relação à esquerda e vice-versa; segundo, ao fato de se tratar de posições dispostas em um eixo bipolar, que ordena e gradua as posições como num leque ou hemiciclo, e que, por conseguinte, as posições de direita admitem variações em função desta disposição em graus. Aqui porém é preciso cautela, para não reduzir a pluralidade das direitas à sua distribuição no lado do *continuum* que se ordena da extremidade direita até o centro do eixo, e que portanto as várias direitas seriam a extrema direita, a direita e o centro-direita. Isto é correto, mas não basta. Em seu volumoso livro, recentemente reeditado em versão atualizada, René Rémond³ mostra que direita e esquerda, além de serem marcos dispostos em um espaço graduado, onde as várias posições de direita e esquerda se constituem mediante permanente referência mútua às próprias posições no eixo, são também universos multidimensionais nos quais as clivagens e as fronteiras não se demarcam apenas na sucessividade das disposições possíveis no *continuum*. E mais ainda: cada posição relativa no eixo pode desdobrar-se e subdividir-se; assim, é plural mesmo aquela direita que comumente se tem chamado de radical ou extrema, alvo principal de nossa busca.

(3) René Rémond. *Les Droits en France*. Paris, Aubier, 1982.

Diante da pluralidade das direitas (e das extremas direitas) e da diversidade de formatos das formações ideológicas e políticas de direita, surgidas além do mais em épocas históricas diferentes, o esforço de decifração do universo mental das bases da direita exige cuidados redobrados, redobrada sutileza. Além de alas, correntes, tendências, grupelhos, igrejas e capelas, deve o investigador recorrer à metáfora biológica das famílias e linhagens para poder descrever misturas e combinações genéticas, seguir as genealogias; bem como a metáforas geológicas para poder dar conta da sucessão temporal das camadas, de seus deslizamentos e cambiantes superposições. O inventário pois dos diferentes elementos ideológicos e políticos que convergem na formação do apoio eleitoral da extrema direita política torna-se, deste modo, um verdadeiro jogo de paciência.

Mesmo a metáfora geológica de camadas que se depositam e se empilham no decorrer do tempo não esgota todas as sugestões contidas na idéia de superposições. A dinâmica interna do universo ideológico que está sendo vasculhado nesta pesquisa parece não se deixar capturar por metáforas de adição. O modo de funcionamento deste universo, da pluralidade interna deste universo político-ideológico, é mais complicado; mais nebuloso seria uma palavra melhor.

Como constelações

Porque se trata disso mesmo, de contornos diluídos, de fronteiras indefinidas, limites incertos. As diferentes posições ou alinhamentos que encontramos nesta zona cultural de expansão da extrema direita não são peças de um quebra-cabeça que pudessem ir se encaixando como subconjuntos independentes, formando um todo harmonioso e confinado. Elas se interpenetram, reagem uma sobre a outra, se misturam às vezes, se fagocitam sempre, aqui se enriquecem, ali se anulam, aqui aparecem e ali se escondem, feito massas estelares, distintas, mas nem por isso menos nebulosas. Pelo tipo de material empírico que levantamos (entrevistas semi-diretivas), é possível acompanhar a formação dessas constelações e ir tentando decifrar quem é quem, a que família pertence, através dos campos semânticos que se estruturam em torno de algumas idéias-chave. Só que esta fase da análise está em seus primórdios, balbuciante ainda.

Entretanto, algumas linhas de distinção já começam a aparecer com certa insistência, indicando em que direção se processam tendencialmente as clivagens por campos semânticos. Vale lembrar que tal procedimento tem dado, além disso, boas indicações sobre a importância ou tamanho das "famílias", isto é, sobre a extensão da audiência das várias linhagens da direita (identificadas mediante a presença/ausência e a frequência de certos campos semânticos) entre os ativistas eleitorais com os quais a extrema direita política pôde contar, na cidade de São Paulo, nas duas últimas campanhas.

Primeiro de tudo, o que se observa é que, para além do tipo modal apresentado inicialmente, construído a partir das tendências ideológicas majoritárias entre os entrevistados, há diferenças importantes entre as constelações, que por sua vez têm importâncias diferentes na conformação do universo mais geral. Há clericais e anticlericais, como já se disse, embora seja a forte presença destes o que mais chama a atenção nesta clivagem. Há conservadores e há modernizadores. Há repressivos em moral e política, mas há em muito maior escala os que são repressivos em moral porém liberais em política. Permissivos em moral não foram encontrados, diga-se desde logo. Há quem goste dos partidos e há quem queira a abolição dos partidos e da vida partidária. Há estatistas e liberais, e aqui vale notar: com a esmagadora maioria dos estatistas entre os menos escolarizados, que por sinal são maioria nesses estratos sociais. Entre os estatistas há os nacionalistas e os internacionalistas, os bonapartistas, os getulistas, os geiselistas, os democrata-cristãos, os "welfaristas" etc.

Este dado, em particular, afigura-se problemático para as elites Thatcheristas desta nova direita política que está se estabelecendo a passos largos entre as elites empresariais paulistas: a atual militância das máquinas eleitorais da direita em São Paulo, no modo de conceber o Estado e seu papel na economia e na vida social, é francamente favorável às mais dife-

rentes formas de intervencionismo. Propostas no sentido de fazer recuar o intervencionismo, defesas articuladas e convictas da economia de mercado e do "Estado mínimo", apenas alguns casos, e estes, entre as pessoas com escolaridade superior. O campo semântico liberal que encontramos não é o do neoliberalismo, portanto; a atitude antifisco, que aparece endemicamente entre seus pontos de vista econômicos, não dispensa por outro lado seus portadores de criticar o governo porque não dá assistência, não constrói casas, não dá lazer, e assim por diante. Muitos deles professam claramente uma filosofia individualista de defesa mas também de responsabilização do indivíduo. Exaltam a capacidade empreendedora mais do que se apegam à liberdade de empresa. É o "espírito de empresa" que, segundo eles, põe a sociedade em movimento; o que não significa que estejam se referindo apenas à empresa privada. É que para eles governar é sinônimo de administrar os negócios públicos com critérios de gestão e eficiência dados pela empresa privada, só isto. Nas bases eleitorais da direita janista e malufista, as idéias neoliberais sequer começaram a chegar; e tudo indica que não têm grandes chances de vingar.

Uma constelação de direita mais plausível de se expandir entre as camadas médias urbanas que estamos pesquisando é a que dá prioridade não à empresa, mas à família, não ao indivíduo mas aos grupos orgânicos; que propõe justiça social e políticas sociais; que se preocupa em reduzir as desigualdades sociais tendo em vista sempre a defesa da instituição familiar. "É por isso que eu lhe digo que a família é importante." Eis uma certeza generalizada, que aflora sempre que o assunto é a vida em São Paulo, e que acaba colocando a defesa da família como prioridade número 1 de qualquer projeto de sociedade que se lhes afigure minimamente decente. Por enquanto tudo leva a crer que se trata de um campo mais amplo que o do moralismo exacerbado. É um campo discursivo que soa muito a catolicismo social: "pessoa humana", "família", "responsabilidade", "sentido da vida", "humanismo"... Como a referência imediata da conversa é sempre São Paulo, a metrópole, esta "cidade desumana" desperta reações, misturadas muitas vezes ao chauvinismo mais implacável, de demanda por valores cristãos de solidariedade, fraternidade e confiança na pessoa humana. A preocupação com "os valores", nesta grande constelação "familista", não está necessariamente crispada pela obsessão com a permissividade. É do tipo: "Para proteger a família deve-se lutar contra o homossexualismo, sem por isso ter que perseguir os homossexuais"; "Não perder de vista a dimensão espiritual da resistência ao mal"... É a família a grande fortaleza que é preciso defender contra todas as agressões. A vasta presença desta linhagem "familista" de forte sotaque católico conservador democrata-cristão, de direita mas não da extrema, revela quão grande é o peso cultural do catolicismo, como fator de permanência de um eleitorado de direita.

Esta impregnação católica de uma boa parcela desse eleitorado, se por um lado acirra suas oposições e fobias em relação ao aborto, ao divór-

cio, ao amor livre, ao feminismo, e nisto engrossa o caldo da "nova direita", por outro lado favorece a emergência de um discurso menos repressivo acerca da criminalidade. O respeito absoluto à vida — bandeira que nesses tempos de Constituinte vem mobilizando a igreja católica de ponta a ponta, da sua direita à sua esquerda — parece ter, no universo cultural das bases eleitorais da extrema direita, em São Paulo, efeito não só duplo como ambivalente. Na questão da pena de morte, há claramente um efeito atenuador da agressividade, exercido pela adesão a uma ética de fraternidade. Nem toda direita, mesmo no bloco da direita radical, é destrutiva da vida humana, nem leva a repressão das transgressões às últimas conseqüências.

Também há opositores da pena de morte entre os malufistas, e isto é uma prova evidente das diferentes filiações ideológicas das mesmas bases de apoio da extrema direita política. Mas esse discurso moderado, de teor humanitário, cristão, se ao que tudo indica tem sólidas razões para persistir e não sucumbir aos assaltos dos discursos da insegurança, por outro lado parece ter pouco espaço para se expandir nessas camadas da população metropolitana. Aqui, a hegemonia parece ser mesmo dos discursos da intolerância, desdobramento dos discursos da insegurança.

Estes exemplos bastam, por ora, como demonstração da presença diferencial de algumas das múltiplas linhagens da direita na formação dos ativistas da extrema direita política hoje em São Paulo. Algumas delas são pujantes, dominadoras; outras são resistentes mas minoritárias; algumas já bastante debilitadas; há umas tantas que não sobrevivem senão em estado de vestígios. E há aquelas, finalmente, que ainda não chegaram a se enraizar, mas já estão presentes (ao menos como fórmulas feitas) em algumas das entrevistas, sem contudo chegarem a estruturar todo um campo semântico. Com perdão da metáfora, apenas deu para constatar a presença do vírus, sem que se saibam as chances de desenvolvimento da moléstia. É o caso, por exemplo, do vírus do mito do "Estado mínimo": por enquanto o sistema imunológico dessas camadas populares politicamente ativas à direita não foi abalado. Há defesas armazenadas suficientes, graças à — e aqui sim quero empregar esta palavra — hegemonia do bloco de famílias que são intervencionistas em suas concepções de política econômica.

Moralismo para ancorar

Muito maior e mais rápida acolhida tem tido, para azar dos bodes expiatórios, a outra vertente da nova direita internacional, a moralista. É que sua penetração na massa é enormemente facilitada por sua dupla e vantajosa aliança: com a extrema direita da mídia policial e com a extrema

direita evangélica, esta igualmente midiática (linhagens estas da extrema direita que também se fazem representar no parlamento). Isto sem contar seus antigos vasos comunicantes com a extrema direita tradicionalista e patriarcal. Haja vigor.

No Brasil metropolitano de hoje, para não dizer no Brasil urbano, há um acúmulo de tensões de toda ordem extremamente propício à arregimentação de cruzadas moralistas. Eis por que a nova cara da extrema direita no Brasil urbano é o que é: despolitizada. Despolitizada a ponto de não lhe restar como via de ancoragem nas massas senão a demagogia do moralismo. E tanto mais despolitizada por insistir na velha astúcia de não dizer-se, ou por não querer reconhecer que a bandeira da intolerância em moral é, na verdade, o último trunfo que lhe resta para conseguir legitimar-se de voto popular numa sociedade periférica em que o liberalismo econômico não tem audiência de massa, não mobiliza o voto, não é bom de palanque. Que dizer então do neoliberalismo, do mito do "Estado mínimo"! Distante demais das questões existenciais da maioria para mobilizar as energias políticas dos ativistas que conferem capilaridade às suas organizações partidárias e máquinas eleitorais.

Continua, pois, complicado para a extrema direita congregar eleitoralmente os descontentes. Muito mais complicado ainda mobilizá-los com base apenas em suas propostas econômicas e políticas, pouco motivadoras do bloco de suas bases. Porventura a crispação da retórica rigorista das últimas campanhas da extrema direita política em São Paulo não esteve, naquilo que se disse, mostrando a mesma coisa? Para além de suas diferenças genealógicas, as bases populares da direita política radical costuram seu consenso ideológico sob a predominância folgada de dois campos semânticos, estruturados em torno de dois motivos antiliberais: a reação "antiliberalista" em moral familiar e a demanda antiliberal de maior intervencionismo do Estado em economia. Sua imagem de marca, porém, é uma só: a primeira; que culturalmente se (retro)alimenta das preocupações e fobias generalizadas que produzem os discursos da insegurança, da intolerância e da decadência.

Quanto a este aspecto, vale a pena chamar a atenção para um dado de extrema relevância: se os pontos de vista estatistas em economia encontraram alguma oposição em *uns poucos* entrevistados, atraídos pelo brilho recente do neoliberalismo thatcheriano, o intervencionismo da legislação em moralidade sexual e familiar é proposto por *todos sem exceção*. (É bom registrar que nem todos os entrevistados invocaram, entre as causas da erosão dos valores, o feminismo. Melhor dizendo: o feminismo enquanto movimento social organizado, só alguns o nomearam explicitamente. Mas ao feminismo enquanto um movimento difuso nas práticas concretas de avanço da emancipação feminina, a freqüência das alusões é muito maior.)

"Nova" direita vs "nova" esquerda

Num país como o Brasil, mas principalmente numa cidade como São Paulo, onde o que há de tradição é não apenas desgastado ou desvirtuado, mas destruído num ritmo alucinante que varre comunidades, igrejas, famílias, vizinhanças, repropor como base de um projeto de sociedade os valores tradicionais é, no mínimo, prometer que certas identidades culturais podem não desaparecer. Basta não querer. "Basta querer se defender!" O amanhã pode não ser tão incerto, tão improvável. A interpelação moralizante não se põe — sintomaticamente — como defesa de interesses materiais econômicos; apela para a defesa de identidades. É interessante notar como nos anos 80 lutas e mobilizações políticas se fazem, à esquerda e à direita, tematizando a questão das identidades culturais. Quando se põe no centro do discurso e no foco das mobilizações direitistas temas como aborto e pornografia, ou seja, quando o que se projeta como alvo do exercício da ação política é a conservação de valores morais, e, por conseguinte, de modos de vida, de estilos de vida, de identidades grupais, cabe mais uma vez a pergunta que indaga do paralelismo dos novos rebentos em ambos os lados do espectro político-ideológico: a "nova" esquerda e a "nova" direita embaralhando as cartas, fazendo a partilha das causas preservacionistas; a "nova" esquerda conferindo-lhes o charme, a "nova" direita relembrando-nos do seu perigo.

Difusas encucações com a qualidade moral da vida urbana nas metrópoles criam um campo de ressonância certo para as mensagens tradicionalistas, fundamentalistas. A expansão de um certo tipo de protestantismo no Brasil urbano vem se dando nesta base já há algumas décadas. Sem muito alarde, porém. Hoje, sob a designação de "evangélicos", eles formam um bloco bem barulhento no Congresso Constituinte, na defesa intransigente dos pontos de vista mais reacionários em matéria de moralidade familiar e sexual. Não deixa de ser mais uma ironia da história que este país da Contra-Reforma tivesse que esperar mais de quatrocentos anos para começar a ver, na vida pública da nação, o influxo das igrejas cristãs da tradição reformada, e que viesse a vê-las representadas no parlamento e na mídia por uma (nova) *direita* evangélica. Eis aí mais um rebento da nova direita entre as bases eleitorais do janismo e do malufismo: a ala dos crentes, que controla uma verdadeira malha de mídia. O televangelismo. Numa era em que a própria igreja católica assiste internamente a um verdadeiro *boom* de movimentos pentecostais (os chamados "carismáticos"), numa era de igrejas eletrônicas e extrema direita midiática, a extrema direita política tem nos evangélicos fundamentalistas um aporte de *know-how* e recursos materiais nada desprezível.

Este novo espaço sócio-cultural para a extrema direita, representado por denominações cristãs fundamentalistas, converge no seu anticlericalismo específico com o outro, o anticlericalismo-de-caserna-e-delegacia

para acusar a arquidiocese de São Paulo de pactuar com os delinquentes através da política dos direitos humanos. Os padres "invertem os valores" enquanto eles defendem os *verdadeiros valores*. Os padres com a minoria, eles com a "maioria moral". Assim como o novo papa, a nova direita é mais imediatamente internacional, e isto no *front* da cultura de massa. Eis um dado crucial na determinação de sua *novidade*. A nova direita internacional, que patrocina as campanhas de renovação moral, é a mesma que secreta e veicula o imoralismo *kitsch* dos seriados de TV (*Dallas, Dinastia*). Tempos de fraudes culturais, na razão direta da escalada do moralismo e da expansão do consumo. Para não falar do *kitsch* propriamente *right-wing* dos filmes *Rambo, Cobra, Rocky IV, Red Down, RoboCop, Amerika...* Por estes produtos dá para perceber o quanto de "defesa cultural", de "preservação de identidades" pode existir nos projetos de sociedade da nova direita.

A nova direita prima portanto por diagnosticar a crise geral do presente como uma crise primeiramente cultural, uma crise de valores e de maneiras. Crise moral. Valores que se corrompem na exata medida em que os estilos de vida vão se afrouxando no embalo indulgente da mídia, dos ídolos de massa, do *marketing* e da publicidade, do voyeurismo, do exibicionismo, da droga, enfim, do hedonismo consumista das camadas mais ricas e intelectualizadas da sociedade. Ora, não são justamente estas (jovens) elites intelectualizadas, esnobes, as portadoras tagarelas e autolaudatórias de estilos de vida que agridem e irritam a "maioria moral"? Não são estas mesmas pessoas — profissionais da nova classe média assalariada — os respeitáveis rebeldes, incentivadores ativos dos "novos" movimentos sociais e, portanto, das demandas de liberalização dos costumes, de descriminalização do aborto e da maconha, de plena realização sensual, de emancipação da mulher e do jovem, de ampliação das áreas de expressão legítima da subjetividade? E não seriam, porventura, os chamados "novos" movimentos sociais exatamente o Outro da "nova" direita, o inimigo principal em relação ao qual ela se recorta, e contra o qual já se pôs em movimento?

Antônio Flávio Pierucci é sociólogo, professor do Departamento de Sociologia da FFLCH da USP e pesquisador do CEBRAP. Já publicou nesta revista, em co-autoria com Reginaldo Prandi, "Religião e Ruptura na Obra de Procópio Camargo" (Nº 17).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 19, dezembro 87
pp. 26-45
